

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM SAÚDE**

LUÍS LEONARDO MACIEL FERREIRA

**OFERTA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
DE PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL:
Um recorte histórico-transversal da evolução de demanda desta categoria**

Porto Alegre

2019

LUÍS LEONARDO MACIEL FERREIRA

**OFERTA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
DE PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL:
Um recorte histórico-transversal da evolução de demanda desta categoria**

Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em Gestão em Saúde, apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão em Saúde.

Orientador: Clezio Saldanha dos Santos

Porto Alegre

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora: Profa. Dra. Jane Fraga Tutikian

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor: Prof. Dr. Takeyoshi Imasato

Vice-diretor: Prof. Dr. Denis Borenstein

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM SAÚDE

Coordenador: Prof. Dr. Ronaldo Bordin

Coordenador substituto: Prof. Dr. Guilherme Dornelas Camara

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Ferreira, Luís Leonardo Maciel

Oferta de Profissionais de Psicologia no Sistema Único de Saúde de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: um recorte histórico-transversal da evolução de demanda desta categoria / Luís Leonardo Maciel Ferreira. – 2019.

44 f.

Orientador: Clezio Saldanha dos Santos.

Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Administração, Gestão em Saúde, Porto Alegre, BR – RS, 2019.

1.Demanda. 2.Psicologia. 3.Gestão em Saúde. I. Santos, Clezio Saldanha dos, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo autor.

Escola de Administração da UFRGS

Rua Washington Luiz, 855, Bairro Centro Histórico

CEP: 90010-460 – Porto Alegre – RS

Telefone: 3308-3801

Luís Leonardo Maciel Ferreira

**OFERTA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
DE PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL:
Um recorte histórico-transversal da evolução de demanda desta categoria**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão em Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão em Saúde.

Aprovado em 17 de junho de 2019.

Banca Examinadora

Examinador: Prof. Dr. Paul Douglas Fisher

Examinadora: Me. Janini Cristina Paiz

Orientador: Prof. Dr. Clezio Saldanha dos Santos

AGRADECIMENTOS

Há muita gente a quem agradecer. Seria inesgotável a lista de nomes de pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram com minha formação e conclusão deste curso.

Ao meu pai, por me ensinar a amar os estudos e à minha mãe, por me ensinar a amar as pessoas.

Aos professores e tutores do Curso de Especialização em Gestão em Saúde da UFRGS, que me auxiliaram a tornar essa conquista possível.

Gostaria, também, de agradecer e dedicar esse trabalho de conclusão aos meus professores de psicologia, pelos ensinamentos acerca dessa ciência tão importante e libertadora para o ser humano.

“Sim, somos imperfeitos.
E é isso que nos torna humanos”

Lisiane Szeckir (2016).

RESUMO

No Brasil existem, atualmente, em funcionamento, 427 instituições promotoras do curso de bacharelado em Psicologia, sendo dessas, 13 na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. O presente estudo tem por objetivo analisar se o crescimento no número de formandos em Psicologia acompanha o crescimento no mercado de trabalho no setor público. Em sentido metodológico, a pesquisa descreve o quantitativo de graduados no curso, nas instituições públicas e privadas e identifica o número de vagas direcionadas aos psicólogos em instituições públicas da cidade, no período 2008 a 2016. Entre os resultados, a pesquisa revela que, do total de alunos matriculados nos cursos de Psicologia, na cidade de Porto Alegre, apenas 9,72% concluíram a etapa formativa – uma taxa de desistência de mais de 90%. Mas, apesar dos elevados índices de evasão, o estudo aponta para um cenário interessante: o número de formandos em Psicologia (rede pública e privada) ainda é superior ao comportado pelo mercado e a rede pública (postos de trabalho) é incapaz de abarcar o contingente de profissionais recém-formados.

Palavras-chave: Recursos Humanos em Saúde. Psicologia. Gestão em Saúde.

ABSTRACT

In Brazil, there are currently 427 institutions promoting the bachelor degree course in Psychology, of which 13 are in the city of Porto Alegre, capital of the state of Rio Grande do Sul. This study aims to analyze whether the growth in the number of Psychology graduates follows the growth in the public sector labor market. In a methodological sense, the research describes the number of graduates in the course in public and private institutions and identifies the number of vacancies directed to psychologists in public institutions in the city, from 2008 to 2016. Among the results, the research reveals that, from Of the total number of students enrolled in Psychology courses in the city of Porto Alegre, only 9.72% completed the formative stage - a dropout rate of over 90%. But despite the high dropout rates, the study points to an interesting scenario: the number of graduates in Psychology (public and private) is still higher than the market and the public (jobs) is unable to cover contingent of newly graduated professionals.

Keywords: Human Resources in Health. Psychology. Health Management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.0 – Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso Bacharelado em Psicologia na cidade de Porto Alegre / RS, 2019.....	23
Quadro 2.0 – Municípios e população da 1ª e 2ª Coordenadoria Regional de Saúde do Rio Grande do Sul.....	25

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.0 – Alunos matriculados x graduados no curso de Psicologia, Porto Alegre, 2008-2016	30
Gráfico 2.0 – Alunos matriculados x graduados em Instituições de ensino privadas, Porto Alegre, 2008-2016	32
Gráfico 3.0 – Alunos matriculados x graduados em Instituições de ensino públicas, Porto Alegre, 2008-2016	33
Gráfico 4.0 – Percentual de alunos concluintes do curso superior Bacharel em Psicologia, Porto Alegre, 2008-2016	34
Gráfico 5.0 – Psicólogos formados e cargos na esfera pública, Porto Alegre, 2008-2016	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.0 – Alunos matriculados e concluintes (egressos) do curso Bacharelado em Psicologia, Porto Alegre, 2008-2016	29
Tabela 2.0 – Alunos matriculados e concluintes (egressos) nos cursos privados de Bacharelado em Psicologia, Porto Alegre, 2008-2016	31
Tabela 3.0 – Alunos matriculados e concluintes (egressos) nos cursos públicos de Bacharelado em Psicologia, Porto Alegre, 2008-2016	333
Tabela 4.0 – Psicólogos formados e cargos na esfera pública, Porto Alegre, 2008-2016	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CRS	Coordenadoria Regional de Saúde
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
PNSM	Política Nacional de Saúde Mental
RS	Rio Grande do Sul
SIGRAS	Sistema de Indicadores das Graduações em Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 JUSTIFICATIVA	15
2 REVISÃO TEÓRICA	16
2.1 POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL	16
2.1.1 Psicologia da Saúde.....	17
2.2 OFERTA E DEMANDA EM SAÚDE	19
2.3 INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS QUE OFERTAM O CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE, NO RIO GRANDE DO SUL.....	23
2.3.1 Instituições Públicas de Saúde Mental do Rio Grande do Sul.....	23
3 OBJETIVOS	26
3.1 OBJETIVO GERAL.....	26
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
4 METODOLOGIA	27
4.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA.....	27
4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	27
4.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	28
4.4 ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS.....	28
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO	29
5.1 INSTITUIÇÕES E PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA DE PORTO ALEGRE ...	29
5.2 O MERCADO DE TRABALHO PARA OS PSICÓLOGOS	35
6 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde Mental, instituída por meio da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (BRASIL, 2001). Essa lei significou um grande avanço para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para a assistência dos usuários de serviços mentais, no âmbito das instituições públicas. A estratégia, proposta pelo Ministério da Saúde, tem por objetivo a consolidação de um modelo de atenção à saúde mental, aberto e de base comunitária, garantindo a livre circulação das pessoas com transtornos mentais aos serviços psicossociais do Estado, através do Sistema Único de Saúde. (BRASIL, 2015).

De acordo com dados do Ministério da Saúde (2010), houve aumento no número de pacientes com transtornos mentais graves, chegando a 12% em 2010, o equivalente a 23 milhões de pessoas. A falta de recursos humanos nas instituições públicas de saúde e de suporte especializado na área de psicologia podem ser um dos fatores determinantes para o aumento desse quadro.

A atuação dos profissionais de psicologia, no setor público, deve, assim, ser estimulada e ampliada, a fim de assegurar a continuidade da assistência psicossocial para a população que necessita destes cuidados. Diante disto, o presente estudo se propõe a avaliar a oferta de vagas e o quantitativo de profissionais formados e formandos nos cursos de Psicologia, em instituições públicas e privadas, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

No Brasil, existem atualmente, em funcionamento, 427 instituições promotoras do curso de psicologia, sendo destas, 13 na cidade de Porto Alegre (dados do Sistema de Indicadores de Graduações em Saúde, de 2016). Diante desse cenário, pretende-se identificar o número de vagas nos cursos de Psicologia, com o intuito de avaliar a manutenção da oferta e demanda de mão de obra no mercado de trabalho, de modo a atender as políticas públicas voltadas à atenção psicossocial da população, com profissionais qualificados e devidamente treinados.

O presente estudo se propõe a mapear a oferta de vagas nos cursos de psicologia, em instituições públicas e privadas, no período de 2008 a 2016, tendo como campo de pesquisa a cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, norteando-se pelo seguinte questionamento: qual a relação entre a oferta e a

demanda por serviços de saúde mental no Sistema Único de Saúde e o número de profissionais formados anualmente nos cursos de psicologia, na capital do estado do Rio Grande do Sul, no período de 2008 a 2016?

1 JUSTIFICATIVA

Ao longo dos últimos 10 anos, e através do advento da Política Nacional de Saúde Mental, o quantitativo de profissionais formados na área de psicologia tem crescido (INEP/MEC, SIGRAS/OBSERVARH - IMS/UERJ, 2016), a fim de sanar a demanda da sociedade por tais serviços.

O presente estudo se faz válido para a temática gestão em saúde uma vez que dará à academia e aos gestores de serviços de saúde, uma contribuição acerca da demanda e oferta de profissionais de psicologia que poderão vir a desempenhar seu papel profissional em estratégias, ações e serviços de saúde mental, os quais têm como principal objetivo, a assistência mental aos necessitados destes serviços.

Esse indicativo de demanda/oferta poderá ser usado como subsídio para os gestores, na formulação de estratégias de implantação de serviços e/ou de gestão de seus recursos humanos na saúde. Com tais dados se poderão buscar alternativas de melhores benefícios e ou adequação da categoria ao mercado de trabalho.

Como subsídio ao desenvolvimento deste estudo, serão coletados os dados e indicadores disponíveis no Sistema de Indicadores das Graduações em Saúde (SIGRAS), acessíveis na plataforma virtual do DATASUS. O referido banco de dados traz informações sobre o número de instituições que oferecem o curso de bacharelado em psicologia, seu número de vagas disponíveis e o quantitativo de alunos concluintes. Esses dados coletados serão comparados com as informações obtidas sobre o quadro de trabalhadores desta categoria no SUS – o quantitativo de profissionais da área da psicologia inseridos em Instituições Públicas de saúde da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, serão obtidos através da plataforma do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde). Após a coleta dos dados, serão comparados o número de profissionais concluintes dos cursos de psicologia com o número de vagas para profissionais da área no Sistema Único de Saúde, em Porto Alegre, no período de 2008 a 2016.

O resultado esperado é um indicativo sobre a oferta e demanda de trabalhadores desta categoria no mercado de trabalho em instituições públicas de saúde na cidade de Porto Alegre.

2 REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo está apresenta subsídio bibliográfico à análise de dados e desenvolvimento do tema proposto neste estudo. Evidencia aspectos normativos da Política Nacional de Saúde Mental, trata do papel e aplicação da Psicologia Hospitalar, discute a relação entre Oferta e Demanda em Saúde, relaciona as instituições universitárias que ofertam o curso de bacharelado em Psicologia na cidade de Porto Alegre e apresenta as instituições públicas de saúde mental do Rio Grande do Sul.

2.1 POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

A Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), instituída pela Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, redirecionando, assim, o modelo assistencial em saúde mental brasileiro (BRASIL, 2001).

Brasil (s.d.), nesse sentido, argumenta que a Política “[...] busca consolidar um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária”, possibilitando uma mudança do modelo de tratamento: no lugar do isolamento, o convívio com a família e a comunidade (BRASIL, s.d.). A proposta adstrita pela PNSM, assim:

Garante a livre circulação das pessoas com transtornos mentais pelos serviços, comunidade e cidade, e oferece cuidados com base nos recursos que a comunidade oferece. Este modelo conta com uma rede de serviços e equipamentos variados tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III). O Programa de Volta para Casa que oferece bolsas para egressos de longas internações em hospitais psiquiátricos, também faz parte desta Política (BRASIL, s.d.).

O direito à saúde, expresso no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, é reverberado com a institucionalização da Política de Saúde Mental, que expressa a responsabilidade do Estado no desenvolvimento da política de saúde mental, da assistência e da promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais (BRASIL, 2001).

Mas, nem sempre a saúde mental ocupou espaço privilegiado no campo da saúde pública. Nesse sentido, Coga e Vizzoto (1997), citados por Moretto (2007), argumentam:

[...] a busca da conquista da saúde enquanto direito, com um novo modelo de assistência às pessoas, foi, e ainda é articulada por trabalhadores da Saúde Mental, usuários e seus familiares, que reivindicaram, principalmente a partir dos anos 1980, a garantia dos direitos das pessoas com sofrimento psíquico, e que, agora amparados pelos princípios e diretrizes do SUS, de universalidade, integralidade, igualdade, equidade, descentralização e participação da comunidade, têm mais argumentos legais para enfrentar este desafio. Podemos acompanhar que desde 1992, o MS (2007), prevê em sua Portaria nº 224/92 serviços de Saúde Mental condizentes com a nova Política de Saúde Mental. (COGA; VIZZOTTO, 1997 apud MORETTO, 2007).

Apesar dos avanços nas políticas de saúde mental, ainda permanecessem desafios ao pleno exercício da universalização da saúde, enquanto direito social. Nesse sentido, Dimenstein (2006) aduz:

Um primeiro grupo de problemas e desafios a ser enfrentado diz respeito à dinâmica das instituições de saúde à qual os trabalhadores estão vinculados, o que inclui questões salariais e condições de trabalho, até a falta de capacitação que viabilize a produção de novas formas de cuidado. Além desses pontos, que podem ser identificados no contexto nacional, assinalamos o investimento insuficiente e inadequado do SUS para os serviços substitutivos; o aumento considerável da demanda em saúde mental (egressos de hospitais psiquiátricos, uso constante e inadequado de benzodiazepínicos, álcool e outras drogas) e a diminuição, ainda tímida, dos gastos com internação psiquiátrica (o que reflete a política ideológica dos hospitais) (DIMENSTEIN, 2006).

Assim, é preciso ir além: utilizar a Política Nacional de Saúde Mental como ponto de partida para a promoção e desenvolvimento de ações direcionadas de saúde mental, universalizando o acesso e democratizando a saúde pública.

2.1.1 Psicologia da Saúde

A psicologia da saúde, definida por Marks et al. (2000) como a “aplicação dos conhecimentos e das técnicas psicológicas à saúde, às doenças e aos cuidados de saúde” (MARKS et al., 2000 apud TEIXEIRA, 2004), estuda o papel da psicologia enquanto ciência e profissão, nos domínios da saúde, da doença e da própria prestação dos cuidados de saúde, levando em conta experiências, comportamentos e interações (MARKS et al., 2000 apud TEIXEIRA, 2004).

Nesse sentido, Simon (1993), citado por Teixeira (2004), argumenta que:

A psicologia da saúde, que dá relevância à promoção e manutenção da saúde e à prevenção da doença, resulta da confluência das contribuições específicas de diversas áreas do conhecimento psicológico (psicologia clínica, psicologia comunitária, psicologia social, psicobiologia) tanto para a promoção e manutenção da saúde como para a prevenção e tratamento das doenças. A finalidade principal da psicologia da saúde é compreender

como é possível, através de intervenções psicológicas, contribuir para a melhoria do bem-estar dos indivíduos e das comunidades (SIMON, 1993 apud TEIXEIRA, 2004).

Em termos gerais, a psicologia da saúde “envolve o atendimento ou tratamento psicoterápico de um indivíduo que padece de algum distúrbio comportamental e/ou emocional” (GORAYEB, 2010), sendo a:

[...] prática profissional [...] vista como uma prática técnica, isto é, uma prática que contém um saber (métodos, técnicas e teorias) que auxilia o desenvolvimento do homem. Auxilia a retomada de um "caminho desviado", auxiliam a redução do sofrimento, o autoconhecimento necessário para o equilíbrio e a adaptação ao meio social. O trabalho busca esclarecer, permitir a compreensão, favorecer a escuta, conhecimento de aspectos desconhecidos, explicitar aspectos do indivíduo que ele desconhece etc. Não se coloca uma finalidade social ou política para essa prática. As finalidades estão ligadas apenas ao indivíduo e a um movimento que lhe é próprio, natural, que deve ser conservado ou reconduzido (BOCK, 1997).

Para Almeida e Malagris (2011), as instituições de saúde configuram um novo espaço de atuação para os psicólogos – a ampliação da área “surge da necessidade de entender e pensar o processo saúde/doença numa dimensão psicossocial e de compreender e intervir sobre os contextos do indivíduo ou grupos, expostos a diferentes doenças e condições de saúde impróprias” (ALMEIDA; MALAGRIS, 2011). É nesse contexto que se insere a psicologia hospitalar, “uma área do conhecimento que visa fornecer suporte ao sujeito em adoecimento”, que tem por objetivo o “entendimento e o tratamento dos aspectos biológicos e psicológicos (...) e não somente doenças psicossomáticas” (MEIADO; FADINI, 2014, p. 1). Esse novo campo de atuação, no âmbito do Sistema Único de Saúde, se propõe a “valorizar a transdisciplinaridade” e “a atuação em equipes multiprofissionais” - entretanto, “apesar de a Saúde Pública abranger um percentual considerável de psicólogos, observa-se uma grande dificuldade de atuação nessa área, em virtude da falta de conhecimento sobre o SUS” e o “uso limitado de técnicas, como consequência de uma formação inadequada, que não prepara o profissional para esse trabalho” (PAULIN; LUZIO, 2009, p. 98-99).

O termo “psicologia hospitalar”,

[...] agrega os conhecimentos da Ciência Psicologia para aplicá-los às situações especiais que envolvem os processos doença-internação-tratamento permeados por uma delicada e complexa relação determinada pela tríade enfermo-família-equipe de saúde. Não se trata, portanto, de simplesmente se transpor o modelo clássico de trabalho psicológico e psicoterápico desenvolvido no consultório para o hospital, mas do desenvolvimento de teorias e técnicas específicas para a atenção às

pessoas hospitalizadas, que em sua grande maioria apresentam demandas psicológicas associadas ao processo doença-internação-tratamento, tanto como processos determinantes quanto como reações que podem agravar o quadro de base destes pacientes, e/ou impor seqüelas dificultando ou mesmo inviabilizando seu processo de recuperação (SEBASTIANI; MAIA, 2005, p. 53).

A Saúde Pública, incluída nesta a Psicologia, exige, assim, novas metodologias e práticas profissionais:

Para uma atuação consistente é preciso romper com o modelo tradicional de clínica e criar novas práticas, de acordo com o contexto em que os indivíduos estão inseridos, sem temer a não ortodoxia. É necessário, ainda, resgatar as múltiplas dimensões de saúde e reformular a postura de intervenção profissional, além de incorporar outros saberes para compor a produção do cuidado com a saúde (PAULIN; LUZIO, 2009, p. 106).

Mas, para que se rompa com a atuação baseada na tipologia “clínica tradicional”, centrada no indivíduo, com tratamentos demorados, que não consideram o contexto sociocultural em que o paciente vive - modelo comumente oferecido pelos bacharelados em Psicologia -, é preciso adequar o número de profissionais às demandas por esses serviços no Sistema Único de Saúde (PAULIN; LUZIO, 2009, p. 98-99). A ampliação dos espaços de atuação dos profissionais de psicologia é, sem dúvida, uma grande conquista na área da saúde. Apesar dos avanços, é preciso, entretanto, problematizar a formação desses profissionais e dimensionar as demandas de mercado, de modo a identificar as necessidades dos sistemas de saúde e a efetividade dessas formações.

2.2 OFERTA E DEMANDA EM SAÚDE

O acesso universal, equânime e contínuo aos serviços de saúde se concretiza com o estabelecimento de mecanismos que assegurem a acessibilidade e o acolhimento dos usuários (BRASIL, 2012, p. 20-21). Esses mecanismos, “pressupõe uma lógica de organização e funcionamento [...] que parte do princípio de que a unidade de saúde deva receber e ouvir todas as pessoas que procuram os seus serviços, de modo universal e sem diferenciações excludentes” (BRASIL, 2012, p. 20-21).

Entretanto, por mais equitativos e universais que sejam, na oferta e no acesso à assistência à saúde, “persistirão iniquidades de resultados determinadas por desigualdades de renda, de nível educacional e, claro, de infra-estrutura sanitária”

(GIRALDES, 1988; JARDANOVSKI; GUIMARÃES, 1993 apud ZUCCHI; NERO; MALIK, 2000, p. 129). Nesse sentido, Nascimento (2015, p. 78) coloca em pauta a:

[...] assimetria entre oferta e demanda como um fenômeno presente em âmbito local e nacional, demonstrando a pertinência da discussão sobre o tema, a fim de colaborar para a minimização dessas diferenças e contribuir para alavancar uma atenção e gestão em saúde equânime e integral para a população (NASCIMENTO, 2015, p. 78).

A demanda, de acordo com Cecílio (2009, p. 120) “é o pedido explícito, a ‘tradução’ de necessidades mais complexas do usuário”, uma forma dos indivíduos chegarem aos serviços e expressarem suas necessidades – esse pedido nem sempre é feito de forma clara, concisa, completa, mas carregado, muitas vezes, de subjetividades, dúvidas (CECILIO, 2009, p. 120).

Zocratto (2017), ao citar Vasconcelos (2014) e Iunes (1995), argumenta que oferta e demanda:

[...] podem ser entendidas como dois fenômenos econômicos sendo que a “oferta de determinado produto é definida pelas várias quantidades que os produtores estão dispostos e aptos a oferecer ao mercado, em função de vários níveis possíveis de preços, em dado período de tempo”. A demanda ou procura, por sua vez, é “determinada pelas várias quantidades que os consumidores estão dispostos e aptos a adquirir, em função de vários níveis possíveis de preços, em dado período de tempo” (VASCONCELOS, 2014). Nesse sentido, a demanda por um bem ou serviço pode ser definida como a “quantidade do bem ou serviço que as pessoas desejam consumir em um determinado período de tempo, dadas as suas restrições orçamentárias” (IUNES, 1995 apud ZOCCRATTO, 2017, p. 159).

Essa relação – oferta e demanda – ao se estender aos serviços de saúde, resulta em “embates, conflitos, contradições, pois não levam em consideração apenas às motivações dos usuários, mas dependem dos determinantes organizacionais como custo, acessibilidade, mão-de-obra” (HORTALE; PEDROZA; ROSA, 2000, p. 60). Além dessas, Zocratto (2017) aduz que o setor de saúde apresenta outras peculiaridades:

A auto percepção do usuário a respeito de sua condição de saúde, a sua necessidade estabelecida para a aquisição do serviço ofertado, a distribuição espacial das unidades prestadoras de serviço assim como a tecnologia em saúde utilizada e o perfil epidemiológico da população se configuram como fatores relevantes na evidencição da assimetria entre oferta e demanda (ZUCCHI et al., 2000; NORONHA & ANDRADE, 2005; NASCIMENTO, 2015). A demanda em saúde apresenta características ímpares, pois é intrinsecamente influenciada por variáveis sociais, não podendo ser controlada rapidamente e, nesse sentido, sua explanação torna-se complexa (ZUCCHI et al., 2000) (ZOCCRATTO, 2017).

Ferraz e Vieira (2009) argumentam que o descompasso entre as demandas de saúde da população e os custos para atendê-las, torna o problema da escassez de recursos ainda mais complexo – por essa perspectiva, Newdick (2005), citado por Ferraz e Viera (2009), vai além e aduz que a “oferta e demanda em saúde nunca chegarão a um equilíbrio; ao contrário, a demanda continuará a exceder a oferta e o debate sobre direitos a cuidados de saúde se intensificará”. Isso se dá porque:

[...] a disponibilidade de recursos não acompanha este crescimento, obrigando a que se tenha que implantar algum tipo de racionamento ou racionalização (explícita ou implícita) nesta oferta (ou para a utilização dos serviços oferecidos), levando à necessidade de assumir quais serão as prioridades seguidas. Um dos critérios para esta definição pode ser o de concentrar os recursos naquelas atividades consideradas eficazes, adequadas e necessárias para solucionar problemas de alta relevância social ou nos grupos sob risco social (MALIK, 2001, p. 149).

O modelo hospitalocêntrico, marcado pela assistência privatista e pelas práticas médico-curativas, predominante na década de 1970, caracterizava-se pela “mercantilização da loucura” e pela capitalização da Medicina (DELGADO, 1992; MENDES, 1994 apud DIMENSTEIN, 1998, p. 57). Diante do quadro de falência e de perda gradativa de eficiência, surgem, então, as primeiras tentativas no sentido de alterar o quadro precário da saúde no Brasil: a Psicologia da Saúde, a partir da aplicação de técnicas, visando à manutenção da saúde e a prevenção da doença, passa a protagonizar um novo modelo assistencial, marcado por práticas integrativas e inter-relacionadas (DIMENSTEIN, 1998, p. 57; ALMEIDA; MALAGRIS, 2011).

De lá para cá, o número de psicólogos nas instituições de saúde pública vem aumentando cada vez mais, em todo o Brasil, apesar de, numericamente, “ainda constituírem uma categoria pouco expressiva em relação ao quadro geral das profissões de saúde” (DIMENSTEIN, 1998, p. 55) – no Brasil, são 336.566 psicólogos registrados no Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019), para uma população de mais de 209 milhões de habitantes (IBGE, 2019).

Em Porto Alegre, essa relação também apresenta algumas discrepâncias: dados do Ministério da Saúde (Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES) e do Ministério da Educação (INEP, SIGRAS/ObservaRH - IMS/UERJ) mostram um descompasso entre a oferta de profissionais e o número de vagas no Sistema Único de Saúde.

Ao abarcar na concepção de “demanda em saúde mental”, parte-se do “princípio de que não se trata de uma conceituação estática ou inquestionável”, mas

de um campo complexo que “reporta ao problema ético das relações entre os homens e para com a natureza, porque coloca o problema do pensar e agir em termos de relações e não de objetos” (SCHUTEL; RODRIGUES; PERES, 2015, p.88). A oferta e a demanda, de acordo com Vasconcelos (2014), citado por Zocratto (2014, p. 159),

[...] podem ser entendidas como dois fenômenos econômicos sendo que a oferta de determinado produto é definida pelas várias quantidades que os produtores estão dispostos e aptos a oferecer ao mercado, em função de vários níveis possíveis de preços, em dado período de tempo. A demanda ou procura, por sua vez, é determinada pelas várias quantidades que os consumidores estão dispostos e aptos a adquirir, em função de vários níveis possíveis de preços, em dado período de tempo.

Sobre oferta e demanda na área de psicologia hospitalar, Dimenstein (1998, p. 71) afirma que “há um contingente reduzido de profissionais atuando na área - apesar do número de profissionais vir aumentando gradativamente. Isso ocorre “porque, enquanto as necessidades de saúde são praticamente infinitas, os recursos para atendê-las não o são” (FERRAZ; VIEIRA, 2009, p. 226).

Apesar dos desafios, as mudanças nas políticas de saúde, como resultado, possibilitaram a abertura do campo de trabalho em saúde pública, rompendo com a ideologia centrada na figura do médico, enquanto ator principal nos cuidados assistenciais (DIMENSTEIN, 1998, p. 65). É preciso, entretanto, adaptar o trabalho em psicologia à realidade brasileira – uma mudança macro social (BARRETO, 2011, p. 76). Não se trata apenas de uma mudança do campo de atuação da clínica para o social, mas de uma “atuação com compromisso social independentemente da área e do locus de trabalho”, estruturada a partir do engajamento profissional, da elaboração de políticas públicas e da promoção da laicidade e dos direitos humanos (BARRETO, 2011, p. 76).

Assim, “[...] a pressão da demanda requer não só incrementos permanentes na oferta. É preciso um acesso mais equânime aos serviços para toda a população”, garantida através de uma maior cobertura e atuação dos governos, seja através da criação de políticas públicas de saúde mental, da ampliação das redes de cuidado e atenção psicossocial, seja através da criação direta ou indiretamente de serviços de saúde (ZUCCHI; NERO; MALIK, 2000, p. 128). É preciso romper com a lógica da assistência à saúde como cuidado de “partes”, e entender os usuários dos serviços públicos – sobretudo os usuários dos serviços de saúde mental – como sujeitos

inteiros, sistêmicos, integrais, oferecendo, assim, uma assistência mais humanizada e acolhedora.

2.3 INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS QUE OFERTAM O CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE, NO RIO GRANDE DO SUL

No quadro a seguir, serão apresentadas as instituições de ensino superior que ofertam vagas no curso de bacharelado em psicologia, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul:

Quadro 1.0 – Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso Bacharelado em Psicologia na cidade de Porto Alegre / RS, 2019

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)	SIGLA
Centro Universitário Fadergs	FADERGS
Centro Universitário Metodista	IPA
Centro Universitário Ritter dos Reis	UNIRITTER
Faculdade Anhanguera de Porto Alegre	-
Faculdade Factum	FACTUM
Faculdade Ibgem	IBGEN
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS
Faculdade Mario Quintana	FAMAQUI
Faculdade Meridional de Porto Alegre	IMED
Faculdade São Francisco de Assis	UNIFIN
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS

Fonte: Ministério da Educação – Sistema e-MEC (2019), adaptado pelo autor.

2.3.1 Instituições Públicas de Saúde Mental do Rio Grande do Sul

A transformação nos modos de produzir saúde demarca a reorientação das ações políticas e institucionais, visando à superação do modelo tradicionalista, centrado na doença – essa transformação, de acordo com Pasche e Passos (2010, p. 7), citados por Brasil (2015, p. 25), transforma, também, a concepção de saúde mental – historicamente enraizada na concepção de manicômio. Nesse sentido, Pasche e Passos (2010, p. 7) argumentam que as políticas de atenção à saúde mental contribuem à:

[...] nova configuração de forças instituintes, com o objetivo de qualificação das práticas de gestão e de atenção em saúde. A humanização propõe-se a implementar condições de produção de novas atitudes por parte dos trabalhadores, dos gestores e dos usuários, de novas éticas no campo da gestão do trabalho e das práticas de saúde. Isso implica práticas sociais ampliadoras dos vínculos de solidariedade e de corresponsabilidade, por meio da tríplice inclusão: nos espaços da gestão, do cuidado e da formação, de sujeitos e dos coletivos (PASCHE; PASSOS, 2010, p. 7 apud BRASIL, 2015, p. 25).

Entre os desafios da implementação de novas práticas de assistência integral, Schutel, Rodrigues e Peres (2015, p. 91) citam a necessidade de complexificar a concepção de demanda em saúde mental - o sujeito em sofrimento psíquico, ao adentrar uma porta de um serviço da atenção psicossocial, tem sua subjetividade cooptada por protocolos inflexíveis e procedimentos enrijecidos, que mecanizam – em sentido mecanicista - as formas de lidar, olhar e sentir o sujeito em seu estado de sofrimento, lidando, assim, apenas com o objeto doença, e não mais com a pessoa (SCHUTEL; RODRIGUES; PERES, 2015).

Sobre as políticas de saúde mental, Isaias e Fagundes (2002, p. 3), colocam o estado do Rio Grande do Sul (RS) em lugar de destaque: o RS “[...] tem sido pioneiro no Brasil em iniciativas que tornam realidade a reforma psiquiátrica, que é um longo processo de transformação das estruturas de serviços ofertados à população”, indo na contramão do “caráter centralizador da atenção nas internações psiquiátricas”. O estado contava, em 2002,

[...] com diversas iniciativas em saúde mental municipais muito bem-sucedidas. [...] cerca de 85,5% dos municípios oferecem algum tipo de atenção na área [...]. Torna-se assim prioritário subsidiar os serviços, seus profissionais e seus gestores locais com informações que permitam, em parceria com o Governo do Estado, criar as condições para uma atenção qualificada nesta área (ISAIAS; FAGUNDES, 2002, p. 3).

No quadro abaixo, serão apresentados os municípios abrangidos pelas ações e serviços de saúde mental da 1ª e 2ª Coordenadoria Regional de Saúde (1ª CRS; 2ª CRS), com sede em Porto Alegre:

Quadro 2.0 – Municípios e população da 1ª e 2ª Coordenadoria Regional de Saúde do Rio Grande do Sul

Denominação/ Sede	Municípios	População
1ª CRS – Porto Alegre	Alvorada, Araricá, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, Porto Alegre, Presidente Lucena, Santa Maria do Herval, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Viamão	3.381.940 hab.
2ª CRS – Porto Alegre	Arambaré, Arroio dos Ratos, Barão, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Brochier, Butiá, Camaquã, Cambará do Sul, Capela de Santana, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chuvisca, Dom Feliciano, Eldorado do Sul, General Câmara, Guaíba, Harmonia, Igrejinha, Maratá, Mariana Pimentel, Minas do Leão, Montenegro, Pareci Novo, Parobé, Riozinho, Rolante, Salvador do Sul, São Francisco de Paula, São Jerônimo, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tapes, Taquara, Três Coroas, Triunfo, Tupandi, Vale Verde	709.839 hab.

Fonte: ASTEPLAN / SES / RS – Pop: IBGE, estimativa 2001, adaptado pelo autor.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a oferta e demanda por profissionais graduados em Psicologia no Sistema Único de Saúde, na cidade de Porto Alegre, no período de 2008 a 2016.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Quantificar as instituições e as vagas disponibilizadas para o curso de bacharelado em Psicologia, na cidade de Porto Alegre, entre 2008 e 2016;
- b) Comparar o número de profissionais graduados em Psicologia com quantitativo de cargos para psicólogos no Sistema Único de Saúde, no período de 2008 a 2016.

4 METODOLOGIA

4.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de um estudo de caráter descritivo. A coleta de dados secundários foi estruturada a partir do levantamento de documentos públicos de livre acesso, relacionados ao tema de pesquisa.

Os métodos quantitativos de pesquisa, de acordo com Víctora, Knauth e Hassen (2000, p. 37), são utilizados, fundamentalmente, para descrever uma variável quanto à sua tendência central ou dispersão, ou dividi-la em categorias, para descrição de sua constância em grandes populações. Os métodos qualitativos de pesquisa, por outro lado, são capazes de propiciar um conhecimento aprofundado de determinado evento, possibilitando a explicação de comportamentos (VÍCTORA, KNAUTH, HASSEEN, 2000, p. 37).

A pesquisa analítica, explica Fontelles et al. (2009, p. 6), envolve uma avaliação mais profunda das informações coletadas em um determinado estudo, observacional ou experimental, com objetivo de explicar o contexto de um fenômeno no âmbito de um grupo, grupos ou população – estabelece a relação entre a causa e o efeito das variáveis estudadas.

Na abordagem histórico-transversal, “a pesquisa é realizada em um curto período de tempo, em um determinado momento, ou seja, em um ponto no tempo” (FONTELLES et al., 2009, p. 7). Os estudos transversais, de acordo com Bastos e Duquia (2007, p. 231-232), “consistem em uma ferramenta de grande utilidade para a descrição de características da população [...] e para a ação e o planejamento em saúde”, podendo “oferecer valiosas informações para o avanço do conhecimento científico” (BASTOS; DUQUIA, 2007, p. 231-232).

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população utilizada para a definição do presente estudo, diz respeito aos profissionais egressos de instituições brasileiras de ensino superior, públicas e privadas, dos cursos de bacharelado em psicologia. Desse universo, foi estratificada uma amostra, por conveniência, que limitou a população estudada aos egressos dos cursos de psicologia na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no total de 2.601 novos profissionais no período de 2008 a 2016.

Essa amostragem foi relacionada com a oferta de vagas nos serviços públicos de saúde mental, de modo a identificar a relação entre o número de profissionais disponibilizados no mercado, anualmente, e a oferta de vagas nos serviços psicossociais do Sistema Único de Saúde do RS.

4.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados secundários relativos à oferta de profissionais de psicologia egressos de instituições de ensino superior, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foram obtidos através do Sistema de Indicadores das Graduações em Saúde (SIGRAS), disponíveis na plataforma virtual do DATASUS.

As informações referentes ao número de instituições de ensino superior que oferecem o curso de bacharelado em psicologia, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, assim como o total de concluintes, foram obtidas através do Sistema de Indicadores das Graduações em Saúde (SIGRAS), do Ministério da Educação (MEC).

O número de vagas para profissionais de psicologia no Sistema Único de Saúde, em Porto Alegre, no período de 2008 a 2016, foi extraído do banco de dados disponível na plataforma de acesso público do DATASUS.

4.4 ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

De posse dos dados coletados, fez-se, através da elaboração de gráficos e tabelas, uma análise qualitativo-quantitativa, estabelecendo-se parâmetros de demandas, que subsidiaram a montagem de panorama acerca da realidade da oferta e demanda de profissionais de psicologia no Sistema Único de Saúde na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

As variáveis desse estudo foram analisadas, de modo a verificar a adequada distribuição de profissionais de saúde mental na rede de atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde, assim como a proporção entre oferta de profissionais x mercado disponível.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

5.1 INSTITUIÇÕES E PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA DE PORTO ALEGRE

A presente sessão se propõe, a partir da avaliação dos dados secundários obtidos na plataforma do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira / Ministério da Educação (Sistema de Indicadores das Graduações em Saúde - SIGRAS), identificar o número de vagas nas redes pública e privada, para os profissionais graduados no curso de Psicologia, na cidade de Porto Alegre, no interstício de 2008 a 2016.

A tabela abaixo apresenta o número de instituições de ensino superior que promoveram o curso de Psicologia entre 2008 e 2016, sua distribuição por sexo, número de matrículas e concluintes:

Tabela 1.0 – Alunos matriculados e concluintes (egressos) do curso Bacharelado em Psicologia, Porto Alegre, 2008-2016

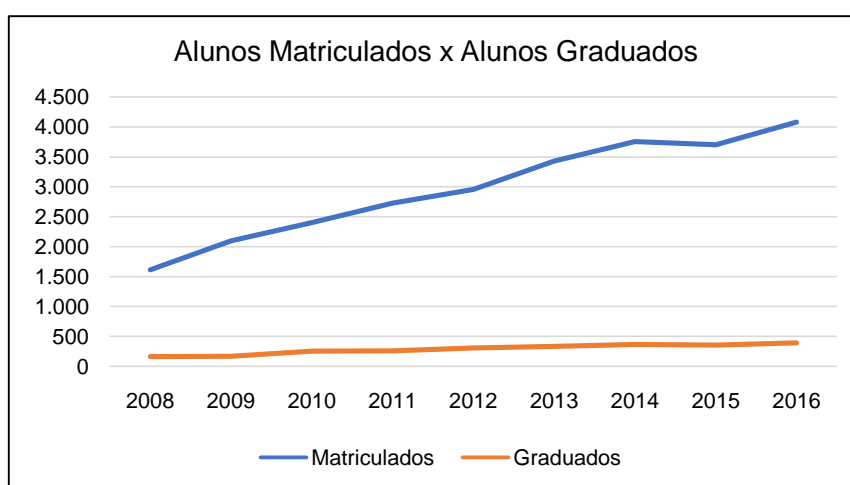
Ano	Instituições	MATRÍCULAS			CONCLUINTES			Alunos concluintes (%)
		Fem.	Masc.	Tot.	Masc.	Fem.	Tot.	
2008	5	1.285	328	1.613	21	143	164	10,17%
2009	10	1.683	415	2.098	30	140	170	8,10%
2010	8	1.913	491	2.404	41	211	252	10,48%
2011	9	2.163	563	2.726	48	209	257	9,43%
2012	9	2.355	604	2.959	59	249	308	10,41%
2013	10	2.750	681	3.431	57	277	334	9,73%
2014	9	2.974	782	3.756	65	302	367	9,77%
2015	9	2.913	789	3.702	66	291	357	9,64%
2016	9	3.164	918	4.082	63	329	392	9,60%

Fonte: INEP / MEC, SIGRAS / ObservaRH – IMS / UERJ (2019), adaptado pelo autor.

Em 2008, a capital do Rio Grande do Sul matriculou 1.613 alunos nos cursos de Psicologia, distribuídos entre cinco instituições públicas e privadas: 1.285 mulheres e 328 homens. No ano seguinte, o número de instituições dobrou, abrindo espaço para 2.098 novas matrículas nos cursos de Psicologia – nesse ano, 1.683 mulheres se matricularam no curso, contra 415 homens (19,78% das matrículas). A relação entre o número de matrículas, estratificadas por sexo, manteve-se estável entre 2010 e 2016.

O número de concluintes, por outro lado, não teve indicadores tão expressivos - formaram-se 164 novos profissionais de psicologia no ano de 2008, 170 em 2009, 252 em 2010, 257 em 2011, 308 em 2012, 334 em 2013, 367 em 2014, 357 em 2015 e 392 em 2016. Nesse período – de 2008 a 2016 -, o mercado recebeu 2.601 novos profissionais na área, o que significa que, das 26.771 matrículas realizadas entre 2008 e 2016, menos de 10% concluíram o curso, como demonstrado no Gráfico 1.0, abaixo:

Gráfico 1.0 – Alunos matriculados x graduados no curso de Psicologia, Porto Alegre, 2008-2016



Fonte: INEP / MEC, SIGRAS / ObservaRH – IMS / UERJ (2019), adaptado pelo autor.

Para Dimenstein (1998, p. 68):

[...] estamos diante de um quadro em que cada vez mais profissionais estão sendo formados e lançados no mercado de trabalho - fato que teve seu início a partir dos anos 70 com a explosão dos cursos de Psicologia nas faculdades privadas – ou seja, estamos diante de uma verdadeira superprodução ou inflação de títulos. Como consequência, veio uma inevitável desvalorização desses títulos, levando os profissionais a empregarem estratégias para escapar a essa desvalorização, assim como para obter de seus títulos o que era garantido numa época anterior dentro do mercado de trabalho.

Assim como no número de instituições, também houve ascensão no número de matrículas, passando de 2.404 em 2010, para 4.082 em 2016 – um crescimento de quase 70% na oferta de vagas nos cursos de Psicologia. Entre 2008 e 2016, foram realizadas 26.771 matrículas, sendo 79,20% dessas, representadas por mulheres e 20,80% por homens. Essa relação, de acordo com Rechtman (2015, p. 72), é:

[...] o primeiro aspecto a ser colocado ao se falar de um perfil do psicólogo brasileiro (...). Em pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 1988, intitulada “Quem é o psicólogo brasileiro?”, é apresentada uma Psicologia composta por 87% de mulheres. Esse dado converge com os 89% encontrados na pesquisa realizada a partir do cadastro do CEP em 2012, chamada “Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho”.

No ano de 2008, as instituições privadas atenderam a 81,59% das matrículas nos cursos de Psicologia, na cidade de Porto Alegre, passando, em 2016, a 85,18%. O número de concluintes, da mesma forma, foi maior nas instituições de ensino superior privadas: em 2008, 77,44% dos formados no curso de bacharelado foram egressos de instituições privadas, passando a 72,94% em 2009, 82,14% em 2010, 86,38% em 2011, 80,52% em 2012, 79,04% em 2013, 81,20% em 2014, 76,19% em 2015 e 81,12% em 2016, como apresenta a tabela abaixo:

Tabela 2.0 – Alunos matriculados e concluintes (egressos) nos cursos privados de Bacharelado em Psicologia, Porto Alegre, 2008-2016

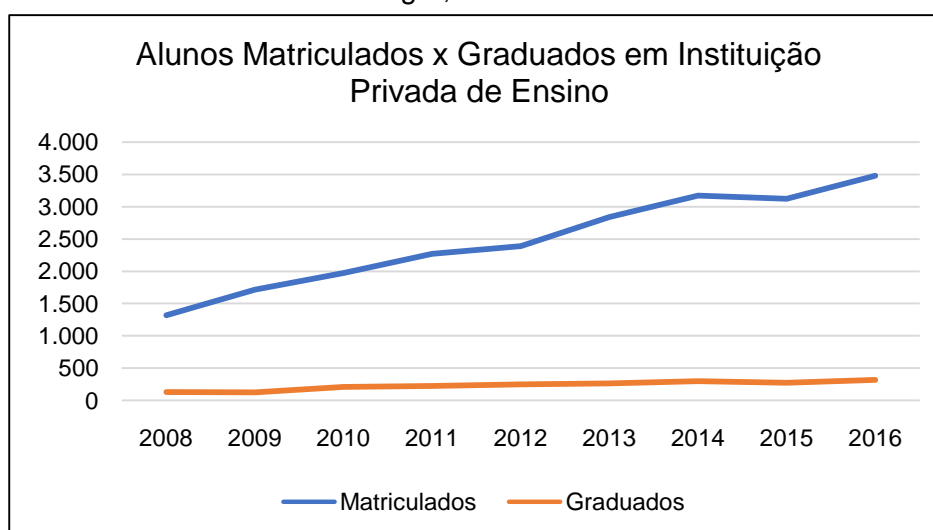
Ano	Curso	MATRÍCULADOS			GRADUADOS			Percentual de alunos concluintes do curso
		Fem.	Masc.	Tot.	Masc.	Fem.	Tot.	
2008	3	1.075	241	1.316	11	116	127	9,65%
2009	4	1.395	318	1.713	19	105	124	7,24%
2010	4	1.623	347	1.970	35	172	207	10,51%
2011	5	1.851	415	2.266	37	185	222	9,80%
2012	5	1.962	427	2.389	44	204	248	10,38%
2013	6	2.344	492	2.836	38	226	264	9,31%
2014	6	2.592	580	3.172	47	251	298	9,39%
2015	6	2.530	591	3.121	39	233	272	8,72%
2016	6	2.769	708	3.477	46	272	318	9,15%

Fonte: INEP / MEC, SIGRAS / ObservaRH – IMS / UERJ (2019), adaptado pelo autor.

Através dos dados coletados na plataforma do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Sistema de Indicadores das Graduações em Saúde - SIGRAS), elaborou-se o Gráfico 2.0, disposto abaixo, que explicita a evolução no número de matrículas e de concluintes nos cursos de Psicologia, nas Instituições de Ensino privadas de Porto Alegre, no período de 2008 a 2016. Em 2008, foram realizadas 1.075 matrículas nos cursos privados de Psicologia da cidade, aumentando para 1.395 em 2009, 1.623 em 2010, 1.851 em 2011, 1.962 em 2012, 2.344 em 2013, 2.592 em 2014, 2.530 em 2015 e 2.769 em 2016. O número

de concluintes, por outro lado, apesar de manter certa ascensão, não apresentou números tão expressivos: em 2008, 127 alunos concluíram o curso de Psicologia na capital gaúcha, passando a 124 em 2009, aumentando para 207 no ano de 2010, 222 em 2011, 248 em 2012, 264 em 2013, 298 em 2014, 272 em 2015 e 318 em 2016 – uma média de 9,35% de concluintes em relação ao número de matrículas anuais.

Gráfico 2.0 – Alunos matriculados x graduados em Instituições de ensino privadas, Porto Alegre, 2008-2016



Fonte: INEP / MEC, SIGRAS / ObservaRH – IMS / UERJ (2019), adaptado pelo autor.

As instituições de ensino superior públicas, por outro lado, representaram, em média, 17,03% das matrículas no curso de Psicologia, entre 2008 e 2016. Foram 297 inscrições no ano de 2008, aumentando para 385 em 2009, 407 em 2010, 460 em 2011, 570 em 2012, 595 em 2013, 584 em 2014, 581 em 2015 e 605 no ano de 2016.

No ano de 2008, apenas duas instituições de ensino superior públicas ofereciam o curso bacharelado em Psicologia na cidade de Porto Alegre, passando a 6 em 2009, diminuindo para 4 em 2010 - permanecendo o mesmo número de instituições entre 2011 e 2013 - e, diminuindo para 3 no período compreendido entre 2014 e 2016.

A tabela 3.0, disposta abaixo, apresenta a relação entre o número de alunos matriculados e o total de alunos concluintes (graduados / formados) no curso bacharelado, em instituições públicas de ensino, no período analisado pela pesquisa:

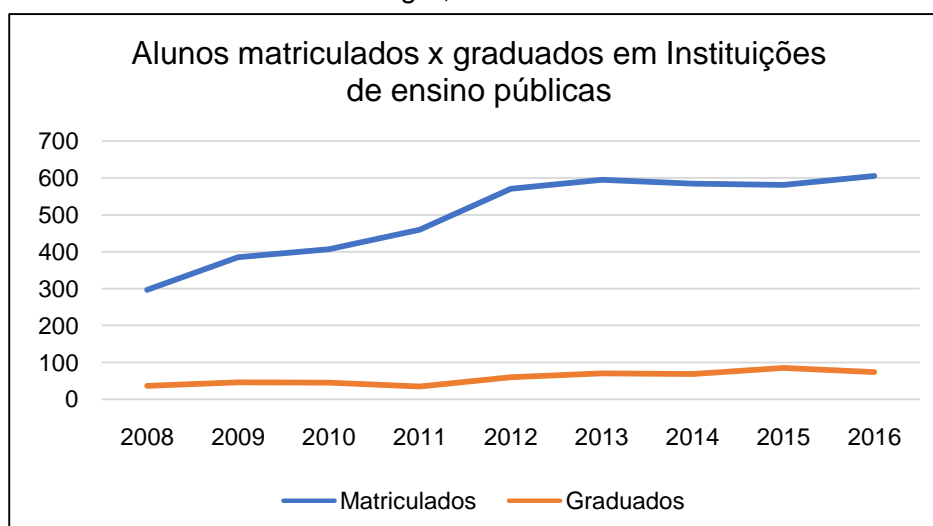
Tabela 3.0 – Alunos matriculados e concluintes (egressos) nos cursos públicos de Bacharelado em Psicologia, Porto Alegre, 2008-2016

Ano	Curso	MATRÍCULAS			CONCLUINTES			Percentual de alunos concluintes do curso
		Fem.	Masc.	Tot.	Masc.	Fem.	Tot.	
2008	2	210	87	297	10	27	37	12,46%
2009	6	288	97	385	11	35	46	11,95%
2010	4	290	117	407	6	39	45	11,06%
2011	4	312	148	460	11	24	35	7,61%
2012	4	393	177	570	15	45	60	10,53%
2013	4	406	189	595	19	51	70	11,76%
2014	3	382	202	584	18	51	69	11,82%
2015	3	383	198	581	27	58	85	14,63%
2016	3	395	210	605	17	57	74	12,23%

Fonte: INEP / MEC, SIGRAS / ObservaRH – IMS / UERJ (2019), adaptado pelo autor.

A análise dos dados disponibilizados na plataforma virtual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, dispostos na Tabela 3.0, revela que, em média, apenas 11,56% dos ingressos concluem a graduação – em 2008, apenas 12,46% (37 alunos) do total de alunos matriculados na IESs do Estado concluíram o curso, diminuindo para 11,95% (46 alunos) em 2009, 11,06% (45 alunos) em 2010 e 7,61% (35 alunos) em 2011. O Gráfico 3.0, abaixo, apresenta, graficamente, a variação no número de matrículas e conclusões nos cursos públicos de Psicologia de Porto Alegre:

Gráfico 3.0 – Alunos matriculados x graduados em Instituições de ensino públicas, Porto Alegre, 2008-2016

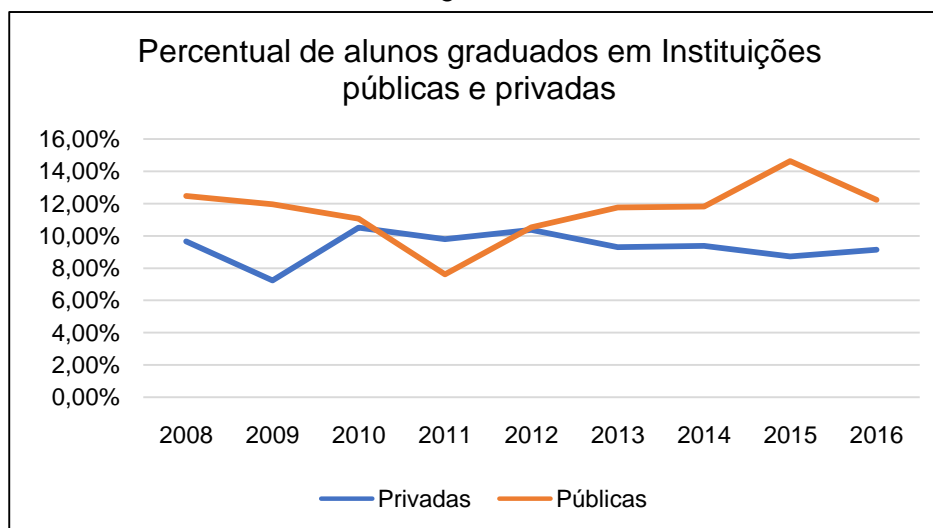


Fonte: INEP / MEC, SIGRAS / ObservaRH – IMS / UERJ (2019), adaptado pelo autor.

Em 2012, a razão entre o número de concluintes e o número de matriculados ascendeu a 10,53% (60 alunos), aumentando para 11,76% (70 alunos) em 2013; 11,82% (69 alunos) em 2014, 14,63% (85 alunos) em 2015 e, 12,23% (74 alunos) em 2016.

Com exceção do ano de 2011, o percentual de concluintes nos cursos de Psicologia – em relação ao número de matrículas - das Instituições de Ensino Superior públicas se manteve superior ao das instituições privadas de Porto Alegre. Em 2008, 12,46% do total de alunos matriculados em IESs públicas concluíram o bacharelado contra 9,65% nas instituições privadas (no mesmo ano); em 2009, 11,95% concluíram o curso em instituições de ensino público, enquanto 7,24% tiveram sua graduação concluída em empresas de ensino privadas. Essa tendência se repetiu no ano seguinte – 2010, quando 11,06% do total de matriculados se tornaram egressos nos cursos públicos de Psicologia contra 10,51% das IESs privadas. O gráfico abaixo apresenta a variação no percentual de concluintes em instituições de ensino públicas e privadas:

Gráfico 4.0 – Percentual de alunos concluintes do curso superior Bacharel em Psicologia, Porto Alegre, 2008-2016



Fonte: INEP / MEC, SIGRAS / ObservaRH – IMS / UERJ (2019), adaptado pelo autor.

É possível perceber, ainda, que a partir de 2011, o total de estudantes formados nas IESs públicas supera o total de concluintes das instituições privadas – fato esse que não tira de cena o número restritivo de alunos que concluem os cursos superiores, sejam eles ofertados com recursos públicos ou mercantilizados. É necessário identificar as variáveis que conduzem à evasão do curso superior em Psicologia, criar ambientes de ensino dinâmicos e inovadores e, identificar as

alternativas para estimular a permanência dos alunos matriculados até a etapa de conclusão da formação.

Para os profissionais bacharéis em Psicologia, o desafio é “adentrar em um contexto onde se predomina o olhar biomédico”, balizado por “limites institucionais regidos por regras, condutas e normas” (CHIATTONE, 2011, p. 145), e romper com “a lógica de mercado, que determina a distribuição, a organização e o funcionamento dos cursos de graduação em Psicologia brasileiros”, sob um viés privatista e tecnicista (LISBOA; BARBOSA, 2009, p. 734).

5.2 O MERCADO DE TRABALHO PARA OS PSICÓLOGOS

A inserção do psicólogo nos serviços públicos de saúde, modelo alternativo ao hospital psiquiátrico, teve sua ampliação a partir da década de 1970, em decorrência da redução no mercado de atendimentos psicológicos na rede privada (PIRES; BRAGA, 2009, 152). Mas foi na década de 1980 que a psicologia ganhou força: o processo de “desospitalização”, a extensão dos serviços de saúde mental na rede básica (SPINK, 1992 apud PIRES; BRAGA, 2009, 152) e a instauração de novos princípios balizadores dos cuidados mentais valorizaram o atendimento ao paciente, estimulando o trabalho em saúde de forma multiprofissional - o psicólogo clínico passa a ser uma peça importante na atenção aos usuários do sistema público-assistencial (DIMENSTEIN, 1998).

As mudanças teórico-práticas no campo da Psicologia da Saúde, entretanto, “vêm exigindo transformações [...], que não contemplem apenas a atuação no campo da saúde mental, mas que também favoreçam o processo de saúde, em seu contexto e em suas necessidades globais” (PIRES; BRAGA, 2009, 152).

A presente sessão, desta forma, pretende identificar o quantitativo de profissionais egressos nos cursos de Psicologia, entre 2008 e 2016, nas instituições públicas e privadas da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e avaliar a inserção desses no mercado de trabalho, tendo como fonte de dados o Sistema de Indicadores das Graduações em Saúde (SIGRAS), do Ministério da Educação e a plataforma pública do Ministério da Saúde, denominada Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES).

A tabela abaixo, elaborada com base nos dados obtidos nas plataformas públicas do Governo, apresenta o total de cargos de trabalho para profissionais

formados em Psicologia, que compunha a estrutura de pessoal das instituições públicas de saúde da cidade de Porto Alegre, entre 2008 e 2016, e especifica o total de profissionais formados no curso bacharelado, tanto em instituições públicas quanto privadas:

Tabela 4.0 – Psicólogos formados e cargos na esfera pública, Porto Alegre, 2008-2016

Ano	Cargos de trabalho na esfera pública¹	Bacharéis em Psicologia
2008	232	164
2009	239	170
2010	247	252
2011	242	257
2012	264	308
2013	288	334
2014	303	367
2015	303	357
2016	320	392

Fonte: Ministério da Educação (INEP, SIGRAS/ObservaRH - IMS/UERJ) e Ministério da Saúde (Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES) (2019), adaptado pelo autor.

É possível observar que, no ano de 2008, 164 novos profissionais estavam aptos a compor o quadro de psicólogos da cidade de Porto Alegre. Nesse mesmo ano, o número de vagas preenchidas no Sistema Único de Saúde era de 232. No ano seguinte (2009), houve uma pequena variação no quantitativo de vagas abertas no SUS passando de 232 para 239 em 2009 – uma variação de 7 vagas no período de 12 meses (um aumento de 3,01% no número de vagas). Desconsiderando-se fatores e impactos de rotatividade (*turnover*), a avaliação dos dados coletados nas plataformas do Ministério da Educação e Ministério da Saúde, permitem inferir que, dos 164 novos profissionais psicólogos formados no ano de 2008, apenas 4,26% tiveram espaço no mercado assistencial público, ou seja, apenas 7, dos 164 profissionais formados nos cursos de Psicologia tiveram a oportunidade de compor o quadro de pessoal das instituições públicas porto-alegrenses.

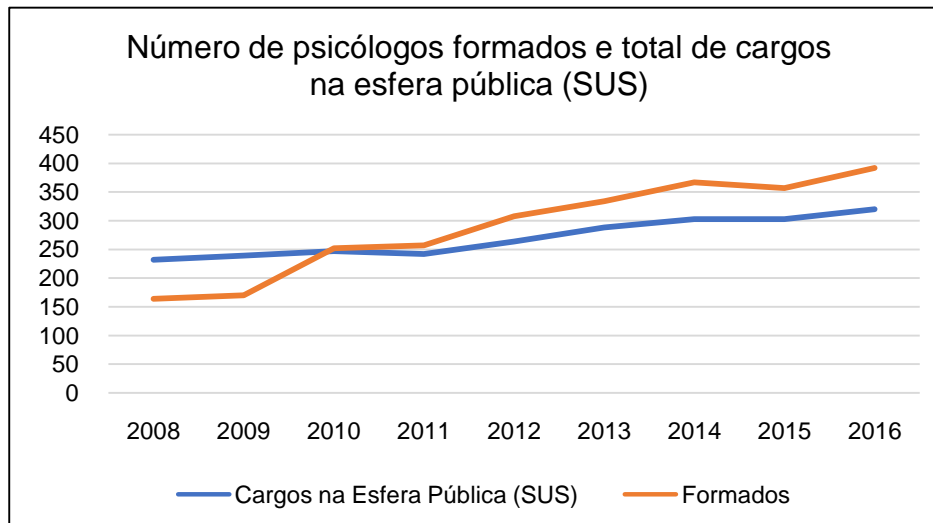
Em 2010, o número de vagas em estabelecimentos públicos passou a 247 - um aumento de 3,34% em relação ao número de vagas do ano anterior (2009). O

¹ Psicólogos Clínicos, Psicólogos do Esporte, Psicólogos do Trabalho, Psicólogos Sociais, Psicólogos Educacionais, Psicólogos Hospitalares, Psicólogos Jurídicos, Psicólogos do Trânsito e Psicólogos Acupunturistas.

quantitativo de formados, que já era de 170 no ano de 2009, aumentou em 252 no ano de 2010. Em 2011, o número de vagas na esfera pública diminuiu, passando de 247 (2010), para 242; em 2012, o Sistema Único de Saúde contou com 22 novas vagas, um acréscimo de pouco mais de 9% no quadro de profissionais de psicologia nas instituições públicas. Já em 2013, o número de vagas voltou a aumentar, passando a 288; em 2014 e 2015, o número de profissionais de saúde mental se manteve o mesmo (303 psicólogos), aumentando para 320 no ano seguinte (2016).

O número de profissionais formados no curso bacharelado em Psicologia, por outro lado, permaneceu aumentando, atingindo uma média de 323 novos profissionais no mercado, entre 2010 e 2016 – em 2010, 252 novos profissionais passaram a compor o quadro de psicólogos da cidade de Porto Alegre; em 2011, somaram-se a esse quantitativo 257 profissionais; 308 em 2012, 334 em 2013, 367 em 2014, 357 em 2015 e 392 em 2016. O Gráfico 1.0, abaixo, apresenta a variação entre o número de vagas na esfera pública (SUS) e o número de profissionais formados nos cursos de Psicologia, na cidade de Porto Alegre, entre 2008 e 2016.

Gráfico 5.0 – Psicólogos formados e cargos na esfera pública, Porto Alegre, 2008-2016



Fonte: Ministério da Educação (INEP, SIGRAS/ ObservaRH - IMS/ UERJ); Ministério da Saúde (CNES) (2019), elaborado pelo autor.

É possível observar, a partir da sintetização gráfica dos dados, a crescente no quantitativo de novos profissionais habilitados ao exercício da Psicologia na capital gaúcha – só no período compreendido entre 2008 e 2016, somaram-se ao mercado 2.601 novos profissionais, um quantitativo relativamente baixo em relação o total de matrículas no período (26.771 matrículas), mas significativo quando posto em comparação com o total de novas vagas disponíveis nas instituições públicas de

saúde. Entre 2008 e 2009, foram criados 7 novos cargos nas estruturas organizacionais das instituições públicas porto-alegrenses, aumentando em 8 entre 2009 e 2010. Entre 2010 e 2011, as instituições públicas da capital gaúcha perderam 5 vagas (cargos) do quadro de pessoal. Entre 2011 e 2012, o número de vagas voltou a aumentar: passou de 242 em 2011 para 264 em 2012 – um aumento real de 22 vagas (novos postos de trabalho) para o cargo de psicólogo nas empresas porto-alegrenses; entre 2012 e 2013, abriram-se 24 novos postos de trabalho, 15 entre 2013 e 2014 e 17 entre 2015 e 2016 (entre 2014 e 2015 não houve variação no quantitativo de cargos públicos).

A análise dos dados nos leva ao entendimento de que, por mais que os índices de evasão e desistência do curso bacharelado em Psicologia sejam elevados, o número de profissionais formados excede ao número de vagas disponíveis nas instituições públicas, o que faz com que muitos desses profissionais procurem atuação em empresas privadas, consultórios individuais ou, até mesmo, desistam da carreira. O desafio é ampliar o número de postos de trabalho nas instituições do Sistema Único de Saúde e oferecer um atendimento mais humanizado e acolhedor aos pacientes – uma desafio que envolve a participação ativa dos governos, a criação de políticas públicas de saúde mental, a readequação dos currículos e das atividades formativas e, principalmente, o entendimento da saúde mental como uma possibilidade de ampliar a qualidade de vida da população.

6 CONCLUSÃO

Através deste estudo foi possível quantificar as instituições e as vagas disponibilizadas para o curso de bacharelado em Psicologia, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no período de 2008 a 2016. Os dados obtidos revelam a abertura de novos cursos de Psicologia, entre públicos e privados, na capital gaúcha e apontam para um cenário preocupante: do total de alunos matriculados nos cursos de Psicologia de Porto Alegre, entre 2008 e 2016, apenas 9,72% concluíam a etapa formativa – uma taxa de desistência de mais de 90%.

Ao comparar o número de profissionais graduados em Psicologia com a oferta de vagas (cargos) no Sistema Único de Saúde, percebe-se que as instituições de ensino superior lançam no mercado um quantitativo de novos profissionais superior ao comportado pelas empresas públicas do SUS. É preciso reestruturar os quadros de pessoal das organizações público-assistenciais e abrir espaço para essa profissão que é fundamental à prevenção, à promoção e ao tratamento à saúde.

A partir da avaliação dos indicativos de oferta e demanda por profissionais graduados em Psicologia no Sistema Único de Saúde em Porto Alegre, no período de 2008 a 2016, conclui-se que diante dos dados coletados no estudo e das inter-relações propostas entre os mesmos, nota-se uma assincronia entre o aumento do número de formandos em Psicologia (rede pública e privada) e o crescimento do número de vagas na rede pública para o cargo de psicólogo. A rede pública é incapaz de abarcar esse contingente de profissionais recém-formados. Muitos destes, por necessidade de trabalho e colocação profissional, devem seguir, diante deste cenário, carreiras autônomas e/ou na rede privada de clínicas e consultórios. Outro ramo de possibilidade para atuação profissional seriam as escolas e demais ramos da psicologia que, por impossibilidade de abrangência, não foram objeto de estudo deste trabalho.

Uma das limitações observadas no estudo foi a falta de dados sobre o índice de *turnover* (rotatividade) de profissionais no sistema público de saúde, não se tendo dessa forma e nesse momento, a possibilidade de comparação e formulação de hipóteses sobre o caso. Essa demanda poderá ser revista em futuras pesquisas sobre a temática abordada, dando um enfoque mais palpável e concreto sobre a realidade do mercado de trabalho para a categoria pesquisa.

Outro ponto a ser observado, com inteira relevância à estruturação da concepção deste estudo, é a limitação temporal dos dados abertos disponíveis nos sítios citados. Ou seja, as informações públicas encontradas findam em 2016 e aguardam as novas atualizações. Para um estudo mais completo seria necessário dados atualizados com uma periodicidade maior. Com os dados disponíveis é possível apenas realizar um recorte/resgate histórico sobre a questão observada, não possibilitando desta forma inferir em hipóteses, teses, ou alternativas mais precisas por parte do pesquisador.

Há de se avaliar, que em um contexto social e evolutivo da demanda pelos serviços de saúde da população, incluindo nestes os serviços de saúde de cunho psicológicos, exige dos gestores públicos a necessidade de reflexão sobre os próximos passos na resolução da assistência das populações. De igual forma caberá ao Estado, a proposição de políticas públicas que possibilitem aos órgãos a capacidade de reposição, treinamento e qualificação de seus quadros de funcionários. Este trabalho visou à instigação, a provocação e o levantamento de informações que levem a uma reflexão sobre essa temática, às vezes esquecida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Raquel Ayres de; MALAGRIS, Lucia Emmanoel Novaes. A prática da psicologia da saúde. **Revista Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2011. Acesso em: 10 set. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012>.
- BARRETO, Alexandre Franca. Sobre a dor e a delícia da atuação Psicológica no SUAS. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 31, n. 2, p. 406-419, 2011. Acesso em: 20 fev. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200015&lng=en&nrm=iso.
- BASTOS, Dornelles; DUQUIA, Rodrigo Pereira. Um dos delineamentos mais empregados em epidemiologia: estudo transversal. **Revista Scientia Medica**. Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 229-232, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/%20scientiamedica/article/viewFile/2806/2634>>. Acesso em: 15 mai. 2019.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 7, n. 2, p. 37-42, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- BRAGA, Tânia Moron Saes; PIRES, Ana Cláudia Tolentino. O psicólogo na saúde pública: formação e inserção profissional. **Temas em Psicologia**. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 151-162, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v17n1/v17n1a13.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Política Nacional da Saúde Mental. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1038413/politica-nac-saude-mental.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Mental**: um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária. 2015. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/35528-politica-nacional-de-saude-mental-um-modelo-de-atencao-a-saude-mental-aberto-e-de-base-comunitaria>>. Acesso em: 22 mai. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde. 2012. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/250693.html>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Blog da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde Mental** - um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária. 2019. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/t3h4bn>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

CECILIO, Luiz Carlos de Oliveira. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela Integralidade e Equidade na atenção em saúde. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araujo de (Orgs.). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro, p. 113-126, 2009. Disponível em: <<https://www.cepesc.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Livro-completo.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

CHIATTONE, Heloisa Benevides de Carvalho. A significação da Psicologia no contexto hospitalar. In: ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (Org.). **Psicologia da Saúde: um novo significado para a prática clínica**. São Paulo: Pioneira, 2000.

DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra. O desafio da política de saúde mental: a (re)inserção social dos portadores de transtornos mentais. **Revista Mental**. Barbacena, n. 6, p. 69-83, 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v4n6/v4n6a07.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. **Revista Estudos de Psicologia**. Natal, v. 3, n. 1, p. 53-81, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2018.

FERRAZ, Octávio Luiz Motta; VIEIRA, Fabiola Sulpino. Direito à saúde, recursos escassos e equidade: os riscos da interpretação judicial dominante. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 223-251, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2018.

FONTELLES, Mauro José et al. **Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes para a Elaboração de um protocolo de pesquisa**. 2009. Disponível em: <<https://referenciabibliografica.net/index.php>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

GORAYEB, Ricardo. Psicologia da Saúde no Brasil. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, p. 115-122, 2010. Disponível em: <<https://revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/view/473/84>>. Acesso em: 10 set. 2018.

HORTALE, Virginia Alonso; PEDROZA, Manoela; ROSA, Maria Luiza Garcia. O acesso e a descentralização na análise de sistemas de saúde. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 56, p. 57-66, 2000.

UERJ. Sistema de Indicadores das Graduações em Saúde SIGRAS/ObservaRH - **Série Histórica**. 2016. Disponível em: <<http://www.obsnetims.org.br/sigras/home.php>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

ISAIAS, Francisco; FAGUNDES, Sandra. **Guia de Serviços de Saúde Mental – RS**. 2002. Disponível em: <<http://www.sipergs.org.br/guia.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 29, n. 4, p. 718-737, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2019.

MALIK, Ana Maria. Oferta em serviços de saúde. **Revista USP**, São Paulo, n.51, p. 146-157, 2001. Disponível em: <www.periodicos.usp.br/revusp/article/viewFile/35109/37848>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MEIADO, Adriana Campos; FADINI, João Paulo. O Papel do Psicólogo Hospitalar na Atualidade: Um Estudo Investigativo. **Revista Científica das Faculdades Integradas do Jaú – RECIFIJA**, São Paulo, v. 11, n.1, p. 1-15, 2014. Disponível em: <<http://www.fundacaojau.edu.br/revista11/artigos/7.pdf> >. Acesso em: 2 mar. 2019.

VIII Simpósio CEFAS e Jornada FLAPAG. Campinas. 2007. MORETTO, C. C.; TERZIS, A. **A humanização na área de saúde mental pública**: uma revisão teórica de trabalhos com Equipes Multiprofissionais. In: Anais do VIII Simpósio CEFAS, p. 123-130, 2007. Disponível em: <<http://associacaocrianca.org.br/Artigos/A-humanizacao-na-area-de-saude-mental-publica-uma-revisao-teorica-de-trabalhos-com-equipes-multiprofissionais.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2018.

NASCIMENTO, Alexandra Bulgarelli do. Análise da Oferta e da Demanda por Serviços de Saúde de um território sanitário como contribuição para a atenção e Gestão em Saúde. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde – RGSS**, v. 4, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5294584.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

PAULIN, Tathiane; LUZIO, Cristina Amélia. A Psicologia na Saúde Pública: desafios para a atuação e formação profissional. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 151-162, 2009. Disponível em: <http://observatoriodasauderj.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A_Psicologia_na_Saude_Publica_desafios_p.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2019.

RAIZEL, Rechtman. **A formação do Psicólogo para a Realidade Brasileira**: Identificando recursos facilitadores para a atuação profissional. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/16178/1/Raizel%20Rechtman.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

SCHUTEL, Tamara Alexandra Arias; RODRIGUES, Jeferson ; PERES, Girlane Mayara . A concepção de demanda em saúde mental na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde**. Porto Alegre, v. 8, p. 85-93, 2015. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/20167>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SEBASTIANI, Ricardo Werner; MAIA, Eulália Maria Chaves. Contribuições da psicologia da saúde-hospitalar na atenção ao paciente cirúrgico. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 50-55, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502005000700010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2018.

SILVA, Aline Lúcia Da Silva e; LIMA, Nathalia Cristina Peres de. **O Perfil do Ingressando do Curso de Psicologia: O Reflexo Da Mudança Do Sistema Pedagógico do Ensino Médio para o Ensino Superior**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxílium, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/60275.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2019.

TEIXEIRA, José A. Carvalho. Psicologia da Saúde. **Análise Psicológica**, São Paulo, v. 3, p. 441-448, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v22n3/v22n3a02.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa Qualitativa em Saúde**: Uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. 136 p.

ZOCRATTO, Keli Bahia Felicíssimo. Mercado Da Saúde: uma análise da oferta e demanda. **Revista da AMDE**, v. 12, p. 154-164, 2017. Disponível em: <<http://www.revista.amde.org.br/index.php/ramde/article/view/262>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

ZUCCHI, Paola; DEL NERO, Carlos; MALIK, Ana María. Gastos em saúde: os fatores que agem na demanda e na oferta dos serviços de saúde. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1-2, p. 127-150, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902000000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 nov. 2018.